ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS
Anhanguera

A Intersecção entre Direito e Tecnologia

Autor(res)

Maxsuel Gonçalves Da Costa Luz
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A tecnologia tem causado transformações profundas em diversos setores, e o Direito não ficou imune a essa revolução. Nos últimos anos, a digitalização de processos e o uso de novas ferramentas tecnológicas, como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), têm trazido grandes melhorias à prática jurídica, proporcionando maior agilidade, transparência e eficiência no andamento dos processos. Além disso, o uso de softwares jurídicos e ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA), como sistemas para automatizar tarefas repetitivas e analisar grandes volumes de dados, tem otimizado a produtividade dos profissionais da área.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo analisar os impactos das tecnologias digitais na prática jurídica, considerando tanto as oportunidades quanto os desafios que elas apresentam. O foco será entender como a digitalização de processos, o uso de softwares jurídicos e a Inteligência Artificial (IA) têm afetado a prática do Direito.

Material e Métodos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com base em uma revisão de literatura sobre as inovações tecnológicas no Direito. Foram analisados artigos acadêmicos, relatórios de empresas de tecnologia jurídica e documentos legislativos relacionados à digitalização no setor judiciário brasileiro.
Digitalização de Processos Judiciais: Análise da implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Brasil e outros sistemas de tramitação de processos, focando na eficiência e transparência que proporcionam.
Softwares Jurídicos: Estudo dos sistemas utilizados para automação de tarefas repetitivas, como a redação de petições e a gestão de prazos, e como essas ferramentas aumentam a produtividade dos advogados.
Inteligência Artificial: Investigação do uso de IA para prever desfechos de processos e automatizar análises jurídicas, com atenção especial aos desafios de transparência e viés nos algoritmos.
Advocacia Digital: Análise do impacto da digitalização na acessibilidade dos serviços.

Resultados e Discussão

A pesquisa revela que as tecnologias digitais têm promovido melhorias significativas na prática jurídica,

especialmente na eficiência e na produtividade. A digitalização de processos, como o PJe, tem permitido aos advogados acessar os processos de forma remota, reduzindo o tempo de tramitação e aumentando a transparência do sistema judiciário. A automação de tarefas, como a elaboração de petições e o controle de prazos, tem aumentado a eficiência nos escritórios de advocacia, permitindo que os advogados se concentrem em atividades mais estratégicas.

O uso de Inteligência Artificial (IA) tem contribuído para uma análise mais rápida de grandes volumes de dados jurídicos, como jurisprudência e decisões anteriores. A IA também tem sido empregada para prever resultados de processos, fornecendo insights valiosos para a construção de estratégias jurídicas.

Conclusão

A digitalização de processos, o uso de softwares jurídicos e a aplicação de Inteligência Artificial têm melhorado a produtividade dos advogados e agilizado o andamento dos processos.

Em suma, o futuro do Direito será digital, mas para que essa transformação seja bem-sucedida, é necessário equilibrar inovação e responsabilidade, garantindo que as novas tecnologias tragam benefícios concretos e sustentáveis para a sociedade.

Referências

GONÇALVES, Maxsuel Luz Abr 2025, Estudante em Bacharel de Direito, na Faculdade Anhanguera de Ribeirão das Neves-MG

https://advbox.com.br/blog/o-direito-e-as-novas-tecnologias/

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

https://jornaldaadvocacia.oabsp.org.br/noticias/o-impacto-da-tecnologia-na-area-juridica/

https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario-e-tecnologia-das-origens-do-pje-a-justica-4-0/

https://www.galiciaeducacao.com.br/blog/direito-novas-tecnologias/

https://pos.direito.ufmg.br/downloads/079-Direito-e-Tecnologia-1-1.pdf